



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas
em Políticas Educacionais e
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

**Maria Luiza Nogueira
Rangel**

Universidade de Brasília - UnB

rangel.luiza@gmail.com

Remi Castioni

Universidade de Brasília – UnB

remi@unb.br

**Eixo TEMÁTICO: Políticas públicas
educacionais**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS
BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: A
Universalização do Acesso à Internet**

**EVIDENCE-BASED EDUCATIONAL
POLICIES: The Universalization of Internet
Access**



RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a importância de políticas educacionais baseadas em evidências e seus impactos na qualidade da educação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória com a finalidade desenvolver conceitos e ideias sobre a temática tendo como referência dois documentos centrais que abordam: 1. A Política Informada por Evidência; 2. O acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. Dessa forma, procurou demonstrar que as Políticas Baseadas em Evidências (PBE) são um campo em construção no Brasil, que responde com mais rapidez em algumas áreas, como é o caso da saúde onde se origina e enfrenta maiores resistências em outras como a educação.

Palavras-chave: Educação. Política Pública. Evidência.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the importance of evidence-based educational policies and their impact on the quality of education. Therefore, an exploratory research was carried out in order to develop concepts and ideas on the subject, having as reference two central documents that address: 1. additionally Informed by Evidence; 2. Home access to the internet and remote teaching during the pandemic. In this way, it sought to demonstrate that Evidence-Based Policies (EBP) are a field under construction in Brazil, which responds more quickly in some areas, such as health, where it originates and faces greater resistance in others, such as education.

Keywords ou Palabras Clave: Education. Public policy. Evidence



1. INTRODUÇÃO

Neste estudo discutem-se as Políticas de Educação Baseadas em Evidências (PEBE), propondo uma análise crítica e articulada entre dois documentos, a saber: 1. Como usar a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública? e 2. Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia.

O primeiro documento descreve e analisa os passos necessários para a utilização da abordagem baseada em evidências na saúde pública desde a formulação da política até o processo de tomada de decisão. É importante destacar que o passo a passo sugerido neste documento foi organizado a partir da seleção de nove estudos da área, investigados em duas bases. O segundo documento, apresentado no formato de uma Nota Técnica (NT), oferece aos *policy makers* um conjunto de informações (baseadas em evidências) para o enfrentamento de um problema que afeta as redes de ensino durante a pandemia da Covid-19.

Segundo Ramos e Silva (2018), a política por evidência surge para identificar as melhores estratégias disponíveis, nos aproximando do processo de tomada de decisão em políticas públicas. Adicionalmente, Araújo e Oliveira (2014) problematizam que a qualidade das decisões que orientam políticas e práticas no Brasil são insuficientes, as decisões tomadas poderiam se beneficiar de conhecimentos e critérios mais adequados.

Sobre a formulação de políticas públicas Araújo e Oliveira (2014, p. 10), afirmam que “Usar o conhecimento científico disponível sobre o que funciona em educação é um desses critérios”. Este estudo se propõe, portanto, a investigar esse tema buscando respostas ao questionamento: Qual a importância de políticas educacionais baseadas em evidências?

Considerando o contexto apresentado o objetivo geral deste estudo é investigar qual a importância de políticas educacionais baseadas em evidências, e seus impactos na qualidade da educação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008, p. 27) “possui como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo



em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. A análise comparada dos documentos descritos estabelece parâmetros para conhecer os pressupostos que guiam o “movimento evidência” independentemente da área de conhecimento (saúde ou educação) permitindo investigar sua importância e alcançar os objetivos propostos.

1.1. Contextualização do Estudo

Como ponto de partida entendemos que são necessárias inovações educacionais de base tecnológica para alcançar uma educação de qualidade, e que a internet perpassa cada vez mais a vida de todos os cidadãos, incluindo o aprendizado dentro e fora da escola. Sobretudo porque a evolução tecnológica altera a forma como as pessoas e as organizações realizam suas atividades do cotidiano, e um exemplo dessas mudanças são as operações bancárias. Na atualidade, a maioria das nossas contas de água, luz e gás são debitadas de forma automática já não precisamos nos deslocar até uma agência bancária, nem enfrentar filas. Outros exemplos são as lojas virtuais, os aplicativos de comida, transporte, e-books e as redes sociais.

Segundo Castells (2002, p. 17), este “é um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico baseado nas tecnologias de comunicação e informação [...]”. Como podemos observar o avanço e a democratização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), torna-se parte essencial da sociedade atual. No entanto, quando olhamos para a maioria de nossas escolas percebemos que essas mudanças não são tão aparentes.

Afinal, como nos mostra Castells (2002, p. 19), “[...] difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais”, é preciso promover o letramento digital, o domínio dessas ferramentas. Mas como dominar essas ferramentas quando nem a escola, nem os professores e alunos possuem o básico: internet e computadores?

Como veremos a seguir a pandemia revelou mais essa face perversa da educação em nosso país. No momento em que realizamos a presente pesquisa, as Instituições de Ensino (IE)



de todo o país estavam fechadas e sem perspectiva de retorno para as atividades presenciais. Essas instituições buscaram formas alternativas de manter suas atividades por meio do ensino remoto emergencial proposto durante o período de isolamento social que ocorre na pandemia da Covid-19.

A pandemia forçou um movimento em direção à virtualidade (em larga escala) colocando em evidência a urgência de uma maior integração entre educação e tecnologia sob diferentes perspectivas, seja na inovação dos processos, na formação de professores como na formulação de políticas públicas de acesso às ferramentas tecnológicas.

Explicitou dessa forma a precariedade do uso da tecnologia no campo educacional. A exemplo dos professores que não estavam preparados para lidar com as ferramentas tecnológicas (virtuais) e agora precisam organizar aulas e atividades que mantenham os alunos estimulados.

Esses professores foram desafiados, e em pouco tempo aprenderam a lidar com plataformas e ambientes virtuais de ensino, produzir videoaulas, realizar transmissões ao vivo, organizar exercícios online, entre outros recursos pedagógicos de aprendizagem, mantendo o processo de ensino-aprendizagem mesmo distantes no tempo e espaço físico da escola. Uma parcela considerável dos estudantes brasileiros de instituições públicas de ensino não possui as condições necessárias para acompanhar as atividades de ensino remoto propostas durante o período de isolamento social que ocorre durante a pandemia da Covid-19.

1.2. A Nota Técnica (NT)

Uma vez identificado o problema o esforço dos pesquisadores foi concentrado em levantar os dados para a formulação da política. Os dados trazidos revelam que aproximadamente 5,8 milhões de estudantes matriculados em estabelecimentos públicos de ensino não dispunham, em 2018, de acesso domiciliar à internet com qualidade mínima para atividades remotas de ensino-aprendizagem.



O estudo também revelou a face desses estudantes, majoritariamente negros, de baixa renda, morando fora das capitais e em áreas rurais. Adicionalmente o estudo analisou a efetividade e os custos de uma política pública para garantir o acesso desses estudantes às atividades remotas de ensino-aprendizagem enquanto durar o isolamento social.

Segundo Nascimento et al (2020, p. 12), “Para que o ensino remoto seja possível via internet, consideramos, neste trabalho, que, no mínimo, o estudante necessitaria de um celular, tablet ou microcomputador conectado à internet em banda larga ou por sinal de rede móvel celular 3G ou 4G”. Para visualizar o alcance de uma hipotética política de distribuição de insumos aos estudantes para atividades remotas de ensino-aprendizagem os autores organizaram a Tabela 1.

Tabela 1 - Alcance de uma hipotética política de distribuição de insumos aos estudantes para atividades remotas de ensino-aprendizagem

| Nível ou etapa de escolarização | Entre estudantes do ensino regular público sem acesso domiciliar à internet de qualidade para atividades remotas de ensino-aprendizagem: | | | | | |
|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|-------------|
| | Chip de dados seria suficiente para se conectar à internet | | Precisaria de um chip de dados e de um equipamento para se conectar | | Sem sinal de celular | |
| | (%) | Quant. | (%) | Quant. | (%) | Quant. |
| Pré-escola | 4 | Perto de 30 mil | 53 | Perto de 400 mil | 43 | 300 mil |
| Ensino fundamental – anos iniciais | 11 | Cerca de 250 mil | 28 | Cerca de 650 mil | 61 | 1,4 milhão |
| Ensino fundamental – anos finais | 11 | Cerca de 210 mil | 28 | Cerca de 540 mil | 61 | 1,2 milhão |
| Ensino médio | 34 | Cerca de 250 mil | 26 | Perto de 200 mil | 40 | 300 mil |
| Graduação e pós-graduação | 62 | Perto de 40 mil | 5 | Cerca de 3 mil | 33 | 20 mil |
| Da pré-escola à pós-graduação | 15 | Mais de 800 mil | 30 | Perto de 1,8 milhão | 55 | 3,2 milhões |

Fonte: (NASCIMENTO et al, 2020)

Como podemos observar, os dados apresentados na Tabela 1. integram a Nota Técnica identificando as estimativas para uma política que tenha por objetivo fornecer os meios necessários para que estudantes permaneçam estudando no formato adotado durante a pandemia: “ensino remoto emergencial”.



Esse termo foi cunhado para estabelecer a diferença entre a Educação a Distância (EaD), assim, diferentemente do EaD, o ensino remoto emergencial acontece em tempo real das aulas. A ideia é que professor e alunos de uma turma tenham interações nos mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorreriam no modelo presencial. Ou seja, a ideia é manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um em espaços diferentes. No entanto, essa rotina está em risco em função dos milhares de alunos e professores que não possuem os meios necessários.

2. Desenvolvimento: À luz das evidências

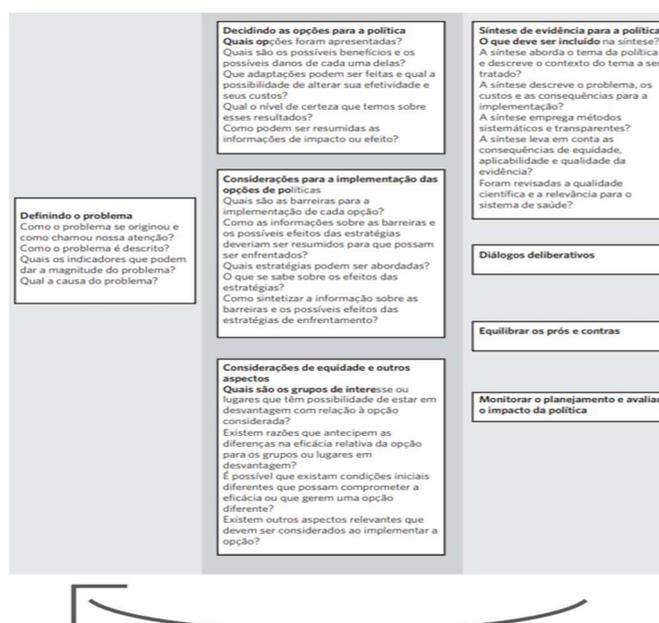
Segundo Ramos e Silva (2018), a utilização do conhecimento científico para informar o processo de formulação e implementação de uma política começou a ser utilizado na década de 1970, com a então ‘política baseada em evidência’. O ‘movimento evidência’ é tributado ao epidemiologista Archie Cochrane, quem, nos anos de 1970, criou uma rede de difusão dos resultados de pesquisa - The Cochrane Collaboration - com o objetivo de fundamentar as decisões clínicas, com base em conhecimentos comprovados, extraídos das pesquisas clínicas sistemáticas para validar as decisões médicas (CHIZZOTTI, 2015).

Antes de iniciar a comparação entre os estudos é importante conhecer as críticas voltadas ao movimento educação baseada em evidências científicas. Segundo Chizzotti (2015), o movimento, como foi afirmado, auto atribui-se a tarefa de elevar a pesquisa educacional ao campo científico, recorrendo aos métodos das ciências naturais, para basear a pesquisa, as práticas e as políticas educacionais em resultados comprovados de pesquisa. Considera a insuficiência metodológica das pesquisas tradicionais, porque afirma que os protocolos de pesquisas são pouco explícitos e, até confusos, além da inconsistência teórica: estão eivados de preferências teóricas e ideológicas e, facilmente, derivam para mera profissão de fé política.

Para efeito de análise, vale questionar o modelo tradicional de pesquisa, se o mesmo propicia informações pertinentes ao trabalho pedagógico no cotidiano das escolas, sendo suficientes para garantir a tomada de decisão do gestor e garantir a qualidade da educação, ou precisamos lançar mão das evidências?

Segundo Araújo e Oliveira (2014, p. 12), “No contexto da educação, evidências referem-se a conclusões baseadas em resultados de estudos científicos. No entanto, para o autor nem todo estudo é científico, nem tudo o que se chama “pesquisa” pode receber o nome de científico, nem toda publicação é considerada científica. Considerando a maior aproximação com a pesquisa baseada em evidências selecionamos um estudo na área da saúde que analisa e descreve o passo a passo a partir dessa abordagem, conforme Figura 1. A contraparte, é o estudo, já descrito, em forma de uma Nota Técnica que reúne um conjunto de informações (baseadas em evidências) para o enfrentamento de um problema que afeta as redes de ensino durante a pandemia da Covid-19.

A semelhança entre os estudos pode ser traduzida como forma de superar o abismo que envolve a tradução do conhecimento (evidência), como pontes entre o pesquisador e o tomador de decisão.



Fonte: (RAMOS E SILVA, 2018, p. 299)

Figura 1-Passo a passo para o uso da Política Informada por Evidência na saúde pública.



O primeiro bloco do passo a passo é dedicado à formulação do problema. Dessa forma, é necessário descrever o problema de forma consistente, identificando a sua origem, os principais pontos que chamam a atenção para ele, sua magnitude e sua causa. Não se limitar a pensar em como o problema é descrito, mas identificar as opções para resolvê-lo.

Neste sentido é importante informar que a NT identificou diferentes problemas para realizar às atividades de ensino-aprendizagem em tempos de pandemia. Os pesquisadores não se limitaram a descrever os problemas, ao contrário buscaram estudar e dimensionar “[...] a fim de mover o debate público da inércia paralisante do primeiro momento à efetiva tomada de medidas em busca da minimização dos inescapáveis impactos negativos que o momento impõe” (NASCIMENTO et al, 2020, p. 7).

Da mesma forma foram apresentadas as possíveis soluções para resolver o problema. Cabe ainda registrar que os esforços foram concentrados em um único aspecto do problema multifacetário que afeta as redes de ensino no curso da pandemia da Covid-19, a universalização de acesso a atividades remotas de ensino-aprendizagem.

A segunda etapa do passo a passo consiste na decisão sobre as opções encontradas para a política. Segundo Ramos e Silva (2018), devem ser consideradas questões como: quais opções foram apresentadas? O que se sabe sobre seus impactos ou efeitos? Quanto aos possíveis impactos, Nascimento et al, (2020), mostra que uma eventual política de universalização de acesso a atividades remotas de ensino-aprendizagem beneficiaria, sobretudo, estudantes de baixa renda.

Essa universalização aconteceria pela distribuição de equipamentos como: um tablet ou celular; um chip de dados para os que puderem utilizar a internet para terem acesso às atividades escolares; e um kit com conversor digital e antena digital interna para os estudantes sem acesso à internet, mas com um aparelho de televisão em seus domicílios, ou ainda receber em suas casas materiais de estudo que não dependessem do acesso às tecnologias.

Segundo Ramos e Silva (2018, p. 300), as próximas três etapas necessitam de uma fonte de informação para que sejam esclarecidas. As evidências estão relacionadas a fatos utilizados



para apoiar conclusões, e, por isso, não se trata de ter uma conclusão. Dessa forma, é importante destacar que os dados utilizados no estudo referência (NT) foram minerados utilizando quatro diferentes bases de dados. Conforme descrito na (NT) foram utilizados dados de 2018, ano mais recente para o qual estavam disponíveis as informações empregadas no estudo.

Em primeiro lugar, recorreu-se ao questionário suplementar de tecnologia da informação e da comunicação (TIC) que, desde 2016, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aplica no quarto trimestre do ano como parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Os dados da PNAD Contínua permitem estimar a proporção de estudantes, em cada nível e etapa de ensino, que não tinha acesso domiciliar a internet em banda larga ou 3G/4G, aqui consideradas como requisitos mínimos para ensino remoto por meio de videoaulas e de conteúdos disponibilizados em plataformas on-line. (NASCIMENTO et al, 2020, p.7).

Posteriormente, utilizaram-se os dados de matrícula do Censo da Educação Básica (CEB), do Censo da Educação Superior (CES) ou do GeoCapes, para se chegar aos números de estudantes do ensino regular sem acesso domiciliar à internet, respectivamente para a fase obrigatória da educação básica (pré-escola, anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio), para a graduação e para a pós-graduação.

A terceira etapa traz considerações sobre a implementação das opções de políticas apresentadas. Ramos e Silva (2018), nos lembram que implementar ações é uma tarefa difícil, pois requer mudança em vários níveis, entre as quais: (i)mudança de comportamento de atores-chave; (ii)mudanças organizativas.

Aqui, pinçamos a qualidade da evidência e as limitações identificadas. Para falar sobre uma eventual política de universalização de acesso a atividades remotas de ensino-aprendizagem (identificadas no RT), explicita-se como limitação dessa política os aproximadamente 300 mil estudantes que não poderiam ser contemplados porque não dispõem de sinal de internet, nem de televisão em casa.



No entanto, a qualidade das evidências permitiu quantificar e qualificar essa limitação, organizando um plano de contingência. Segundo Nascimento et al, (2020, p. 15), “Para estes, restaria receber em suas casas materiais de estudo que não dependessem do acesso às tecnologias aqui consideradas – como livros, apostilas e outros materiais impressos, ou, talvez em alguns casos, rádio”.

O quarto passo traz as considerações sobre equidade e outros aspectos para se conhecer a eficiência de uma política ou de um programa, pontuando a necessidade de considerar o seu impacto sobre as desigualdades sociais na tomada de decisão. “Ademais, é preciso pensar se há a possibilidade de algum grupo estar em desvantagem com relação à opção considerada; se existe eficácia relativa a grupos distintos; se condicionantes sociais podem comprometer a eficácia de determinada estratégia[...]” (RAMOS e SILVA, 2018, p. 301).

Sobre esse quarto passo é preciso destacar que o estudo em si já demonstra uma preocupação com os grupos que se encontram em desvantagem. Afinal, as evidências mostram que os estudantes sem acesso são as de baixa renda, majoritariamente pessoas negras ou indígenas. Nos estabelecimentos públicos da educação básica, as crianças e os jovens negros e indígenas são mais de 70% dos estudantes sem acesso domiciliar à internet em banda larga ou 3G/4G. Esse percentual é um pouco menor na educação superior, porém próximo.

Adicionalmente, os autores alertam que as dificuldades em estudar durante o período da pandemia pode ser uma fonte de ampliação da desigualdade no futuro: Estudantes que não puderam estudar durante esse período estariam em desvantagem em relação aos que puderam ter acesso ao ensino remoto. Cabe destacar que denominamos de ensino remoto a solução temporária que possibilitou, no contexto da Pandemia, dar continuidade as atividades de ensino.

As consequências negativas do afastamento das escolas podem ser ampliadas uma vez que, os estudantes mais afetados são aqueles que já se encontram em desvantagens de oportunidades por conta de condições econômicas e sociais piores do que as de alunos com acesso ao ensino remoto (NASCIMENTO et al, 2020).



As estimativas para implementação dessa política foram construídas considerando apenas a aquisição dos equipamentos, o estudo realizado chegou ao valor aproximado de R\$ 3,9 bilhões, sem considerar outros custos necessários à implementação da política, como a distribuição dos equipamentos. Conforme o passo a passo o próximo degrau seria a tomada de decisão do gestor, como veremos a seguir.

O quinto e último passo mostra o movimento da evidência até à tomada de decisão. Conforme descrevem Ramos e Silva (2018), vencida a etapa do uso da evidência para o processo da Política por Evidência, é preciso utilizá-la para a tomada de decisão. Para tanto são descritos quatro procedimentos: (i) síntese de evidência para a política; (ii) diálogos deliberativos; (iii) equilibrar os prós e os contras; e (iv) monitorar o planejamento e avaliar os efeitos da política.

Infelizmente não veremos esse passo acontecer porque o atual governo não costuma apoiar as suas decisões em pesquisas científicas, ao contrário tem por hábito desacreditar a ciência.

Para finalizar é importante apresentar um estudo de Castells (2002, p. 439), mostrando que no ano de 2000, 95% das escolas dos EUA tinham acesso à internet. O referido estudo já fazia um alerta: “[...] o resto do mundo está atrasado com relação a América do Norte e aos países desenvolvidos [...]” fazendo referência ao acesso à internet. Da mesma forma, o estudo publicado pela OCDE mostra as dificuldades em expandir redes e serviços de banda larga nas escolas brasileiras. A conclusão do estudo é de que é preciso fortalecer políticas nacionais e formulação de políticas baseadas em evidências (OCDE, 2020 a).

Como podemos observar o desafio da universalização da internet ainda está longe ser alcançado, e a pandemia amplificou o problema, os dados revelam que 74% dos diretores do Brasil afirmam que a velocidade da internet nas escolas não é adequada e só metade dos professores do país possuíam as habilidades necessárias para integrar o uso da tecnologia à aprendizagem, antes da pandemia (OCDE, 2020 b).



A integração entre tecnologia e educação não é novidade e está prevista no marco legal que normatiza a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei n. 9.394/1996; o Plano Nacional para a Educação – PNE; e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Adicionalmente, pesquisas trazem evidências sobre a integração entre tecnologia e educação como fator de qualidade e diversidade educacional. Mesmo sem a pretensão de responder e esgotar o tema lançamos um último questionamento a ser respondido em estudos futuros, como integrar tecnologia e educação sem as ferramentas necessárias?

3. CONCLUSÕES

O estudo procurou demonstrar que as Políticas Baseadas em Evidências são um campo em construção, que responde com mais rapidez em algumas áreas, como é o caso da saúde onde se origina e enfrenta maiores resistências em outras, como a educação.

Segundo Chizzotti (2015), o movimento ‘pesquisas científicas baseadas em evidências’ admite um modelo exemplar das pesquisas derivadas da área médica e adota as pesquisas experimentais e quase-experimentais como padrão único de investigação, de extração positivista, desconhecendo os avanços das pesquisas qualitativas em ciências humanas e na educação. O autor considera essa questão um problema chave do movimento.

No entanto, a questão central do movimento da evidência é a defesa de uma qualidade científica da educação pela acumulação de resultados comprovados de pesquisas, aqui os métodos de pesquisas das diferentes áreas do conhecimento se combinam. Tornando as evidências fundamentais para a tomada de decisão dos gestores (*policy makers*).

O estudo considerou como relevante trazer um caso para o debate que envolvesse o atual momento que o país atravessa. Este momento tem como característica o isolamento social em que a utilização de tecnologias é o meio possível para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem.

Sobre o ensino remoto emergencial destacamos que as escolas e professores não estavam preparados para ensinar neste novo formato, assim como os alunos não estão prontos



para aprender de forma remota. Afinal, a materialidade da educação remota pressupõe para todos os alunos a disponibilidade de dispositivos digitais em casa, assim como o conhecimento para manusear esses dispositivos.

A situação identificada acima nos levou a análise comparada da Nota Técnica sobre Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia e a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública. A análise do passo a passo utilizada como parâmetro para a investigação joga luz ao problema de pesquisa revelando a importância das Políticas Baseadas em Evidências para a melhoria da qualidade da educação.

4. REFERÊNCIAS

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. **Educação baseada em evidências**. Instituto Alfa e Beta, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2002.

CHIZZOTTI Antonio. **A pesquisa educacional e o movimento “pesquisas científicas baseadas em evidências**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 329-342, jul./dez. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, Paulo Meyer. Et all. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. IPEA. 2020.

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200902_nt_disoc_n_88.pdf

OCDE, (2020 a). **A Caminho da Era Digital no Brasil**. 2020. OECD. Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/45a84b29-pt>

OCDE, (2020 b). **Políticas Eficazes, Escolas de Sucesso**. 2020.

Ramos, Máira Catharina. Silva, Everton Nunes. **Como usar a abordagem da Política Informada por Evidência na saúde pública?** Ver. Saúde debate. Rio de Janeiro. 2020.

Maria Luiza Nogueira Rangel

Doutoranda em Educação - UnB, Docente de Políticas Públicas e Gestão Educacional UEG.

Remi Castioni



Doutor em Educação- UNICAMP, Docente-pesquisador da Universidade de Brasília.